

# Clipping Diário

TJPI



16.01.2019



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

| JORNAL         | DATA       | PÁGINA | EDITORIA |
|----------------|------------|--------|----------|
| Diário do Povo | 16.01.2019 | 04     |          |

INFORME **T** PIAUÍ  
ascomtjpi@gmail.com  
Foto: Divulgação



**Metas**  
Já em seu discurso de posse, o novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, foi enfático ao anunciar as três prioridades de sua gestão: aumentar a produtividade do TJPI; ampliar a utilização da Mediação e da Conciliação; incrementar ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. São pautas alinhadas a questões de amplo interesse social e ao Plano Estratégico do TJ-PI para o ciclo 2015 – 2020.

**Redução**  
De forma inédita, o Judiciário piauiense reduziu o índice de presos provisórios para percentual inferior

das de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa”.

a 40%, estando, inclusive abaixo da média nacional, apesar do aumento da população carcerária do Estado (atualmente acima dos 5 mil detentos). Os dados são do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Escola**  
O desembargador Fernando Lopes e Silva Neto também foi reconduzido ao cargo de diretor-geral da Escola Judiciária do Estado do Piauí (Ejud-PI) para o biênio 2019/2020. Dentre as prioridades para o novo ciclo está a expansão da atuação da Ejud junto a comarcas do interior, por meio de parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) visando à oferta de cursos à distância através do programa de mediação tecnológica “Canal Educação”.

**Central**  
Com a posse do magistrado Luís de Moura como juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, os magistrados Luís Henrique Rêgo, Jorge Clay Martins e Valdemir Ferreira Santos foram designados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para atuar na Central de Inquéritos da comarca de Teresina. O juiz Luís Henrique Rêgo acumulará a função de coordenador da unidade, que é responsável, dentre outras atribuições, pela realização das audiências de custódia, monitoramento e escuta telefônica de traficantes e assaltantes de bancos, quebra de sigilo bancários e telemáticos.

**União**  
O novo Corregedor Geral de Justiça, desembargador Hilo Almeida, iniciou sua gestão enviando uma carta a todos os magistrados do Estado pedindo a união de todos no sentido de garantir que o Judiciário possa dar a resposta que a população vem reivindicando. Hilo Almeida ressaltou a importância da celeridade nos trabalhos e garantiu que, mais que um órgão punitivo, a Corregedoria está à disposição para orientar, diminuir gargalos e acelerar processos, aumentando a produtividade do Judiciário Piauiense.

**Mulher**  
O desembargador José James Gomes Pereira foi reconduzido ao cargo de coordenador da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para o biênio 2019/2020. A Coordenadoria da Mulher propõe e executa ações voltadas ao aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, como as jorna-

**Novo cartório**  
Teresina ganha nos próximos dias um novo cartório. O 6º Ofício de Notas, localizado na Av. Joaquim Nelson, QD-139, Casa 17, bairro Dirceu, próximo ao teatro João Paulo II, e vai facilitar a vida de 200 mil pessoas da região.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

| JORNAL         | DATA       | PÁGINA | EDITORIA |
|----------------|------------|--------|----------|
| Diário do Povo | 16.01.2019 | 04     |          |

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Desembargador é reconduzido à Coordenadoria da Mulher do TJPI

O desembargador José James Gomes Pereira será reconduzido ao cargo de coordenador da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça (TJ-PI), para o biênio 2019/2020, o ato solene acontece hoje (16), às 11h, no Gabinete da Presidência. A Coordenadoria da Mulher propõe e executa ações voltadas ao aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Implantada em maio de 2016, a Coordenadoria da Mulher do TJ-PI tem entre suas principais realizações a organização e a coordenação das Semanas de esforço concentrado de julgamento dos processos no Programa Nacional “Justiça pela Paz



Desembargador José James

em Casa”. Além disso, a Coordenadoria também promove eventos e campanhas institucionais direcionadas à prevenção e combate à violência contra a mulher, como a Campanha do Laço Branco (voltada à sensibilização dos homens que trabalham no TJ-PI acerca do tema), o Programa Conta Comigo

(que capacita profissionais de diversas áreas, como a da beleza, para torná-los multiplicadores de informações necessárias ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher) e a Campanha Mais Vale Prevenir que Remediar (realizada junto às servidoras do TJ-PI).

Para o desembargador

José James Pereira, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJ-PI vem desempenhando um importante papel no atendimento à Meta nº 08 do Conselho Nacional de Justiça, que trata do fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica. O desembargador enumera algumas das metas da Coordenadoria no biênio que se inicia: instituição do Fórum Piauiense de Juízas e Juizes de Violência Contra a Mulher do Estado do Piauí; instituição da Medalha do Mérito Juíza Regina Freitas; realização de três jornadas da Semana Pela Paz em Casa; capacitação continuada de servidores e magistrados e realização de ações de cunho educativo e preventivo voltadas à sociedade em geral.

Foto: Cidade Verde



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

| JORNAL         | DATA       | PÁGINA | EDITORIA |
|----------------|------------|--------|----------|
| Diário do Povo | 16.01.2019 | 04     |          |

**4** JORNAL MEIO NORTE- TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 16 de janeiro de 2019

COLUNA  
**OPINIÃO**

Da Redação de Política - [opinio@meionorte.com](mailto:opinio@meionorte.com)



**PELAS MULHERES**

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu, na manhã da terça-feira (15), visita de cortesia da deputada federal diplomada Margarete Coelho, ex-vice- governadora do Piauí. Na pauta, ações do TJ-PI na área de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A Meta nº 08 do CNI, prioridade da nova gestão, trata do fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica.

**NOVOS JUÍZES**

O presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, designou novos juízes da Central de Mandados de Teresina. São eles: Luís Henrique Rêgo, Jorge Clay Martins e Valdemir Ferreira Santos. O magistrado Luís Henrique Moreira Rêgo acumulará a função de coordenador da unidade. A Central de Inquéritos é responsável, dentre outras atribuições, pela realização das audiências de custódia.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

| PORTAL | DATA       | PÁGINA | EDITORIA |
|--------|------------|--------|----------|
| G1     | 16.01.2019 | -      |          |

**Justiça concede à Prefeitura de Parnaíba posse da Agespisa e processo de transição tem início**

A 4ª Vara da Comarca de **Parnaíba** concedeu à Prefeitura Municipal a posse da Agespisa na cidade, dando início ao processo de transição do abastecimento de água e esgotamento sanitário. A decisão, da juíza Anna Victoria Dias, é do domingo (13) e a equipe municipal designada para a mudança teve acesso aos prédios da empresa nesta terça-feira (15).

De acordo com a prefeitura, a primeira tentativa dos engenheiros e advogados de acesso aos prédios da Agespisa em Parnaíba foi nessa segunda-feira (14), mas a equipe teve dificuldades. O grupo fez uma nova tentativa nesta terça (15) portando um despacho de urgência e acompanhado da guarda municipal, da Polícia Militar e de dois oficiais de Justiça.

“Desta vez não tivemos resistência e trouxemos uma equipe técnica da prefeitura composta por engenheiros e agentes da vigilância sanitária. Especialistas que podem fazer um levantamento das condições da estação de tratamento”, informou o advogado

Equipe da Prefeitura de Parnaíba-PI teve acesso ao prédio da Agespisa nesta terça-feira (15) — Foto: Reprodução/ TV Clube

Os oficiais de Justiça fizeram um inventário de todos os equipamentos existentes no local, conforme estipulado pela juíza Anna Victoria Dias. “A determinação é que se constate os bens e dá a imissão de posse imediatamente”, afirmou

O processo de municipalização dos serviços de água e esgoto da cidade, que eram executados por meio de contrato pela Agespisa, **teve início após a publicação de um decreto no Diário Oficial do Município de Parnaíba**, no dia 28 de dezembro de 2018.

Procurada, a Agespisa informou que vai recorrer da decisão e que nos últimos anos investiu mais de R\$ 150.000,00 em obras de melhoria e ampliação das estações de captação e tratamento de água em Parnaíba.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

| PORTAL | DATA       | PÁGINA | EDITORIA |
|--------|------------|--------|----------|
| G1     | 16.01.2019 | -      |          |

### **Eletrobras alega dificuldade e manda Piauí reaver débitos na Justiça**

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, alegou dificuldades para resolver a pendência com o Piauí sobre o débito que a União tem com Estado pela venda da Cepisa. O valor, nas contas do governo estadual, corrigido, chega a R\$ 800 milhões. Já o governo federal reconhece apenas R\$ 400 milhões. O assunto foi tema de uma reunião do presidente com o governador Wellington Dias. Ele orientou o chefe do Executivo estadual a continuar tentando reaver o recurso na Justiça.

“A Eletrobras tem uma enorme dificuldade, até uma questão jurídica de fazer um acordo sobre o ativo que ela recebeu para operar e que em cima do qual ela perdeu, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões. O caminho continua sendo a batalha jurídica que o governador vem enfrentando com a particularidade de que o Estado do Piauí, diferentemente dos outros, submeteu o caso à justiça e essa foi a recomendação que demos a ele. Além de um eventual encaminhamento administrativo”, disse o presidente.

Participaram do encontro também o procurador-geral adjunto para assuntos jurídicos, Kildere Ronne e o secretário de Fazenda, Rafael Fonteles.

Segundo o governador Wellington Dias, o encontro foi exitoso. “Tivemos uma agenda direta e conclusiva para que a gente tenha um entendimento, uma solução que permita que o Governo Federal pague o que deve ao Estado do Piauí em relação a Cepisa. Estamos dando um passo via decisão judicial, onde nós temos o amparo numa ação que tramita no Supremo, dado a o impasse dentro do próprio Governo”, declarou.

De acordo com o governador, o Estado cobra um valor de aproximadamente R\$ 800 milhões. Nas negociações, pela forma de cálculos do Governo Federal, fala em cerca de 478 milhões.

“Não havendo acordo, a ministra do STF, Rosa Weber, vai apontar um valor no seu relatório ou tratar no voto de cada um dos membros do STF. Há um reconhecimento de que no caso do Piauí, diferente de outros estados, há um contrato e nesse contrato há uma avaliação reconhecida pelas partes algo em torno de R\$ 260 milhões na época foi pago uma antecipação de aproximadamente 65% e é devido 35% do valor que era reconhecido na época. O que estamos cobrando é a atualização deste valor para a devida indenização ao Piauí”, explica.

Além do caminho já estabelecido através da ação que já tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), o governador disse que também buscará auxílio junto ao Congresso Nacional.

“Um caminho apresentado aqui também é através das duas medidas provisórias que tramitam no Congresso Nacional, porque na época em que foi colocada para a privatização a RGR que era um fundo de reversão global era fonte apontada como solução. Esse fundo foi reservado um valor de R\$ 3 bilhões para soluções como essa, então é possível que o congresso aponte no seu voto o pagamento do valor através desse fundo. E eu como governador e a equipe vamos tomar a posição de ir nessas duas opções”, comenta.